



## Questões das Provas da Magistratura referentes à matéria de Direito Civil

Prova de 4 de agosto de 2002

**1ª Questão:** Assinale a alternativa ou alternativas **corretas**:

Nas ações de busca e apreensão respaldadas no DL nº. 911/69:

- a) somente é admissível a purgação da mora acaso já tenha o alienante pago valor igual ou superior a 40% do valor financiado.
- b) não é admissível a discussão acerca da abusividade de cláusulas contratuais ou de acessórios contratados.
- c) o avalista do contrato não é parte legítima passiva para a ação.
- d) mesmo que a credora esteja a exigir acessórios indevidos ou em patamares excedentes aos legalmente admitidos a mora estará caracterizada, posto que a inadimplência do devedor é que a configura.
- e) nenhuma das alternativas apresentadas está correta.

**2ª Questão:** Nas ações de alimentos regidas pela Lei n. 5.478, de 25.07.68, assinale qual ou quais das alternativas abaixo relacionadas está **correta**:

- a) a citação por intermédio de oficial de justiça é forma subsidiária de citação do alimentante.
- b) a citação por correio só é admissível em sendo o alimentante residente na comarca.
- c) residindo o alimentante fora da comarca será ele citado obrigatoriamente por carta precatória.
- d) o alimentante pode ser citado por edital.
- e) a citação postal é forma de citação subsidiária da citação por precatória, quanto aos alimentantes residentes em outro Estado da Federação.



**3ª Questão:** Nos contratos submetidos à disciplina do Código de Defesa do Consumidor, referente aos de adesão, assinale a resposta ou respostas **corretas**:

- a) exclui a adesividade o fato de terem sido as cláusulas contratuais sido aprovadas pela autoridade competente para fazê-lo.
- b) não admite-se, de nenhum modo, a inserção de cláusula resolutória.
- c) admite-se a inserção de cláusula resolutória apenas quando alternativa e a opção caiba ao consumidor.
- d) é vedada a inserção de qualquer cláusula desvantajosa ao consumidor.
- e) a inserção de cláusulas em contrato de adesão pré-elaborado descaracteriza a adesividade.

**4ª Questão:** Nas locações, a morte do locatário:

- a) extingue o contrato, por ser tratar de obrigação personalíssima.
- b) se residencial a locação, nos direitos do locatário fica sub-rogado apenas o cônjuge supérstite.
- c) o simples companheiro, quando residente no imóvel, se sub-roga nos direitos do locatário.
- d) os que dele dependiam economicamente, ainda que não residentes no imóvel locado, se sub-rogam nos direitos do locatário.
- e) o genitor do falecido, mesmo que residisse no imóvel, desde que conte com renda própria, não se sub-roga nos direitos do locatário falecido.

**5ª Questão:** Relativamente à conta conjunta bancária, em emitindo um dos titulares cheque sem suficiente provisão de fundos, é **correto** afirmar-se que:

- a) não há, em hipótese alguma, solidariedade passiva entre o emitente e o outro titular da conta.



- b) a solidariedade passiva apenas ocorre em relação ao estabelecimento bancário contra o qual foi o cheque emitido.
- c) a solidariedade passiva somente ocorre em relação ao terceiro que recebeu o cheque.
- d) a solidariedade passiva apenas ocorre entre o sacado e o recebedor do cheque.
- e) a solidariedade passiva apenas ocorre entre os dois titulares da conta.

**6ª Questão:** No Código Civil, a função das cláusulas gerais é:

**I – dotar o sistema interno do Código Civil de mobilidade, mitigando as regras mais rígidas.**

II – a de atuar de forma a concretizar o que se encontra previsto nos princípios gerais de direito e nos conceitos legais indeterminados.

**III – a de, também, abrandar as desvantagens do estilo excessivamente abstrato e genérico da lei.**

Assinale, portanto, a alternativa ou alternativas **corretas**:

- a) nenhuma das alternativas está correta.
- b) todas as alternativas estão corretas.
- c) apenas a alternativa II está correta.
- d) apenas as alternativas I e III estão corretas.
- e) apenas as alternativas II e III estão corretas

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
C	A	C	C	B	B



## Prova de 13 de outubro de 2002

**1ª Questão:** O casamento civil vincula cada um dos cônjuges aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade, pelo que é **correto** concluir:

- a) A separação judicial dos cônjuges extingue a relação de afinidade do cônjuge inocente em relação ao culpado.
- b) A dissolução do casamento extingue sempre o parentesco por afinidade;
- c) A afinidade na linha reta não se extingue com a dissolução do casamento que a originou;
- d) A dissolução do casamento extingue as relações de parentesco por afinidade quando inexistentes filhos;
- e) A existência de culpa para a dissolução do casamento extingue as relações de afinidade entre os parentes do cônjuge culpado e o cônjuge inocente;

**2ª Questão:** Relativamente aos alimentos assinale a resposta **correta**:

- a) em nenhuma hipótese os irmãos são responsáveis pela prestação de alimentos ao irmão que deles necessite;
- b) o parente é obrigado a prestar alimentos ao parente que deles necessite, ainda que isso implique em desfalque do necessário ao seu sustento;
- c) a obrigação de prestar alimentos se transmite aos herdeiros do devedor;
- d) o devedor de alimentos terá que, obrigatoriamente, prestá-los em forma de pensionamento.
- e) Nenhuma das opções é correta.

**3ª Questão:** Com relação à tutela é **correto** afirmar-se que:

- a) o tutor pode adquirir bens do menor tutelado, desde que em hasta pública;
- b) o tutor só pode adquirir bens do tutelado caso sejam eles móveis;



- c) em hipótese alguma pode o tutor adquirir bens do menor tutelado;
- d) o tutor pode adquirir bens do menor tutelado, em hasta pública e desde que autorizado judicialmente;
- e) podem os bens do menor tutelado ser vendidos por contrato particular, quando houver manifesta vantagem para o menor;

**4ª Questão:** Nas locações, o abandono do imóvel locado por prazo indeterminado, na vigência do contrato:

- a) constitui infração contratual;
- b) rende ensejo à aplicação da pena de multa;
- c) sujeita o locatário ao pagamento dos alugueres que se vencerem até o término do contrato;
- d) sujeito o locatário ao pagamento dos alugueres até a efetiva rescisão do contrato, via ação de despejo;
- e) rende ensejo à indenização, além da multa por infração contratual;

**5ª Questão:** Com relação à posse de coisa indivisa, é **correto** afirmar-se que:

- a) se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, cada uma delas poderá exercer atos possessórios sobre a totalidade do objeto comum;
- b) na hipótese da alínea 'a', cada um dos compossuidores só poderá exercer atos de posse sobre a sua parte ideal no bem;
- c) os atos possessórios sobre a coisa indivisa somente terão eficácia acaso exercido por todos os compossuidores em conjunto;
- d) os atos possessórios praticados por um dos compossuidores excluem a possibilidade de os demais exercerem atos de posse sobre o mesmo bem;
- e) as coisas indivisas não são passíveis da prática de atos possessórios enquanto não definida a parte de cada um dos compossuidores;



**6ª Questão:** No que se refere às servidões, é **correto** afirma-se que:

- a) a servidão predial pode ser alvo de usucapião;
- b) o dono do prédio serviente pode embarçar o uso da servidão predial;
- c) mesmo que às suas expensas e sem diminuição das vantagens não pode o proprietário do imóvel serviente remover a servidão predial de um lugar para outro;
- d) as servidões prediais são divisíveis;
- e) a servidão de passagem não se extingue, mesmo que tenha sido aberta estrada pública acessível ao prédio dominante.

**7ª Questão:** Nas obrigações alternativas, é **correto** afirmar-se que:

- a) a escolha cabe sempre ao credor;
- b) podem as partes convencionar que a escolha caiba ao credor;
- c) inexequíveis ambas as obrigações, o credor poderá reclamar o valor de ambas;
- d) tornadas impossíveis as prestações, ainda que inexistente culpa do credor, a obrigação não se extingue;
- e) em se tratando de prestações anuais, a opção, uma vez feita, é obrigatória para todas as prestações.

**8ª Questão:** No que diz respeito à mora e aos seus efeitos, pode-se afirmar que:

- a) A renúncia dos direitos decorrentes da mora é forma de sua purgação;
- b) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, exceto nas hipóteses de caso fortuito e força maior;
- c) Ainda que agindo dolosamente, o devedor não tem responsabilidade pela conservação da coisa, na hipótese de mora do credor;
- d) A culpa do devedor não é requisito essencial à configuração da mora;
- e) Nas obrigações provenientes de delito, a mora se estabelece a partir da data da denúncia;



**9ª Questão:**Correspondentemente ao instituto da compensação, assinale-se a única alternativa **correta**:

- a) O nosso Código Civil admite a compensação de coisas infungíveis;
- b) Dívidas ilíquidas são passíveis de compensação;
- c) De regra, o fiador pode compensar a sua dívida com a de seu credor ou afiançado;
- d) É admissível a compensação de dívidas líquidas e vencidas, ainda que um dos devedores tenha a ela renunciado;
- e) Aquele que se obriga por terceiro pode compensar a dívida decorrente dessa obrigação com que o credor a ele dever.

**10ª Questão:** Quanto ao instituto da “TRANSAÇÃO”, podemos afirmar que:

- a) Nula uma das cláusulas da transação, esta subsiste íntegra quanto às demais;
- b) A transação entre o credor e o devedor principal só desobriga o fiador deste se as partes assim o estipularem expressamente;
- c) A transação entre o credor e um dos devedores solidários não extingue a obrigação quanto aos demais devedores;
- d) Admite-se a imposição, em transação, de pena convencional;
- e) A transação a respeito de litígio decidido por sentença passada em julgado é válida e eficaz, ainda que um dos transatores não tivesse conhecimento da sentença.

**11ª Questão:**Com relação aos contratos de compra e venda, examine as afirmações abaixo, assinalando a **correta**:

- a) É nula a cláusula que deixar a fixação do preço ao arbítrio de terceiro;
- b) A fixação do preço pode ser deixada à taxa do mercado;
- c) A fixação do preço pode ser deixada ao exclusivo arbítrio do vendedor;
- d) A fixação do preço pode ser deixada ao exclusivo arbítrio do adquirente;



e) Até a tradição da coisa, os riscos do preço correm por conta do vendedor.

**12ª Questão:**Referentemente à fiança, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A fiança não pode vincular bens do próprio afiançado;
- b) Resultando a nulidade da obrigação de incapacidade pessoal do devedor, a fiança que a garante é válida;
- c) A fiança sem limitação garante, não só a obrigação principal, como também todos os acessórios e as despesas judiciais desde a citação do fiador;
- d) obrigando-se o fiador como devedor solidário, perde ele o direito de exigir, em eventual execução, que sejam primeiros excutidos bens do devedor;
- e) ainda que o devedor seja insolvente ou falido, se o fiador não renunciou expressamente ao benefício pode ele exigir, em eventual execução, primeiramente a excussão em bens do devedor.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
C	E	C	D	A	A
<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
B	A	C	D	B	E

Prova de 16 de março de 2003

**1ª Questão:**Sob o prisma do Código Civil em vigor, assinale, no referente ao tema **INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO** (art. 166), a alternativa **INCORRETA**:

**a n u l a d a**

- a) O fato de ser indeterminável o seu objeto anula o negócio jurídico.
- b) É nulo o negócio jurídico quando a lei proíbe-lhe a prática, sem cominação de





sanção.

- c) É nulo o negócio jurídico quando tiver ele por objetivo fraudar lei imperativa.
- d) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação.
- e) O negócio jurídico nulo não convalesce pelo decurso do tempo.

**2ª Questão:** É **correto** afirmar-se que, de acordo com o Código Civil atualmente em vigor:

- a) Comete ato ilícito aquele que, mesmo atuando com omissão, não causa danos de qualquer espécie a outrem.
- b) Comete ato ilícito aquele que causa danos a outrem, ainda que não tenha havido, de sua parte, ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência.
- c) Comete ato ilícito aquele que, ao exercer um direito do qual é titular, excede manifestamente os limites impostos pelo fim social desse direito.
- d) Não comete ato ilícito aquele que, ao exercer um direito do qual é titular, excede os limites da boa-fé.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- b) A prescrição só pode ser alegada, pela parte a quem aproveita, antes de ser proferida sentença de mérito na ação em que deve ser ela argüida.
- c) O protesto cambial não interrompe a prescrição.
- d) A prescrição só pode ser alegada pelo próprio titular do direito em via de ser por ela atingido.
- e) Todas as alternativas são incorretas.



**4ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) As prestações relativas a imóveis serão pagas, sempre, no lugar previsto contratualmente para o pagamento, ainda que diverso do local de situação do bem.
- b) Mesmo que ocorra motivo grave, o devedor não poderá efetuar o pagamento em lugar diverso do previsto contratualmente, ainda que não decorra prejuízo para o credor.
- c) O pagamento reiteradamente feito em outro local, faz presumir a renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- d) O pagamento será feito sempre no domicílio do devedor, não podendo as partes convencionar local diverso para o cumprimento da obrigação.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

**5ª Questão:** Nos contratos de compra e venda, assinale, dentre as respostas abaixo, a única alternativa **correta**:

- a) É condição de validade do contrato a fixação de preço certo no próprio instrumento contratual.
- b) A fixação de preço não pode ser feita em função de índices e parâmetros, ainda que suscetíveis de objetiva determinação.
- c) O preço corrente nas vendas habituais do vendedor é critério válido de atribuição do preço, quando a venda foi feita sem fixação do preço ou de critérios válidos para a sua determinação e não houver tabelamento oficial para o objeto do contrato.
- d) Todas as alternativas são corretas.
- e) Nenhuma das alternativa é correta.

**6ª Questão:** No que se refere aos contratos de SEGURO, assinale a alternativa **correta**:

- a) No seguro de pessoas, a apólice ou bilhete podem ser ao portador.
- b) Os agentes autorizados do segurador, presumem-se seus representantes para todos os atos relativos aos contratos que agenciarem.



- c) No seguro de responsabilidade civil, o segurador não garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiros.
- d) A instituição de companheiro como beneficiário não é válida, se o segurado era apenas separado de fato na época da instituição.
- e) É válida a cláusula que exclui o pagamento por suicídio, a qualquer tempo, do segurado.

GABARITO:

01	02	03	04	05	06
ANULADA	C	E	C	C	B

Prova de 27 de abril de 2003

**1ª Questão:** Considerando as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa **correta**:

- a) A menoridade cessa aos 21 (vinte e um) anos completos.
- b) O menor que, com 16 (dezesesseis) anos completos mantenha relação de emprego e, em função dela, tenha economia própria, tem capacidade plena.
- c) A colação de grau em curso de ensino superior apenas converte a incapacidade total em incapacidade relativa.
- d) É admitida a emancipação de menor com 16 anos completos, por instrumento particular, desde que autenticadas as firmas dos pais e homologada judicialmente.
- e) A emancipação do menor com 16 anos completos, ainda que feita por escritura pública, depende, para a sua validade, de homologação judicial.

**2ª Questão:** Aplicando as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa **INCORRETA**, relativamente à CURADORIA DOS BENS DO AUSENTE:



- a) O cônjuge do ausente, separado de fato há menos de 2 (dois) anos antes da declaração de ausência, é seu legítimo curador.
- b) Viúvo o declarado ausente, legítimo curador será o seu pai.
- c) No exercício da curadoria dos bens do ausente, o filho mais velho prefere ao mais novo.
- d) Na falta de cônjuge vivo, de ascendentes ou descendentes do ausente, legítimo curador de seus bens será o colateral mais próximo.
- e) Na falta de cônjuge vivo, de ascendentes ou descendentes do ausente, incumbe ao juiz a escolha do curador.

**3ª Questão:** A LESÃO é vício de consentimento previsto no atual Código Civil. Assinale, então, entre as alternativas seguintes, a **INCORRETA**:

- a) A lesão tem como um dos seus pressupostos a premente necessidade daquele que se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- b) A lesão ocorre, também, quando alguém, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- c) A lesão não é causa de anulação do negócio jurídico, se o favorecido concordar com a redução do proveito que obteve.
- d) A desproporção entre as prestações há que considerar, para que haja lesão, os valores vigentes quando da celebração do negócio jurídico.
- e) Há lesão, ainda quando a manifesta desproporcionalidade entre o valor da prestação a que se obriga alguém e o valor da prestação oposta, decorrer de fato superveniente.

**4ª Questão:** Assinale, considerando as normas do Código Civil de 2002, dentre as alternativas seguintes, a **INCORRETA**:

- a) Nas hipóteses em que a lei excluir a prova testemunhal, serão admitidas as presunções legais e as presunções não legais.
- b) Nos casos em que a lei excluir a prova testemunhal, serão admitidas apenas as



presunções legais.

- c) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- d) Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não pode aproveitar-se de sua recusa.
- e) Ninguém pode ser obrigado a depor sobre fato a que não possa responder sem desonra de amigo íntimo.

**5ª Questão:** Considerando os dispositivos do Código Civil de 2002, assinale a alternativa **correta**:

- a) O devedor pode opor a todos os credores solidários as exceções pessoais que tiver contra um deles.
- b) O julgamento contrário a um dos credores solidários atinge todos os demais credores solidários.
- c) De regra, o julgamento favorável a um dos credores solidários aproveita os demais credores solidários.
- d) Mesmo que o julgamento favorável a um dos credores solidários se funde em exceção pessoal ao credor que o obteve, aproveita aos demais credores solidários.
- e) A conversão da prestação em perdas e danos faz desaparecer a solidariedade ativa.

**6ª Questão:** Assinale, entre as afirmações a seguir, qual a **correta**, considerando-se as disposições do Código Civil/2002:

- a) A validade da assunção de uma dívida, por terceiro, independe da anuência expressa do credor.
- b) A assunção da dívida não exonera o devedor primitivo, ficando a sua obrigação intacta até que o assuntor cumpra a obrigação.
- c) As garantias especiais, originariamente dadas pelo devedor primitivo ao credor extinguem-se a partir da assunção por terceiro da dívida garantida, não subsistindo



mesmo que o devedor primitivo concorde expressamente com ela.

d) O novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que cabiam ao devedor primitivo, exceções essas que se transferem ao assuntor como efeito da própria assunção da dívida.

e) Em se tratando de imóvel hipotecado aquele que o adquirir pode tomar a seu cargo o pagamento do débito garantido, validando-se a transferência do débito se o credor, notificado, não impugnar essa transferência no prazo de 30 (trinta) dias.

**7ª Questão:** Com relação aos CONTRATOS COM PESSOA A DECLARAR (arts. 467 a 471, CC/2002), assinale a alternativa **correta**:

a) A aceitação do nomeado poderá ser feita verbalmente, mesmo que o contrato tenha sido realizado por escrito.

b) Os direitos e obrigações da pessoa indicada, uma vez aceita a nomeação, não retroagem à data da celebração do contrato.

c) Inexistente indicação de pessoa, no prazo previsto no Código Civil (5 dias) ou em outro estipulado pelas partes, o contrato se extingue.

d) Se a pessoa a nomear era incapaz no momento da nomeação, o contrato não produz efeitos em relação aos contratantes originários.

e) Todas as alternativas são incorretas.

**8ª Questão:** Em tema de DOAÇÃO, consideradas as disposições do Código Civil em vigor, é **correto** afirmar-se que:

a) É válida a estipulação, pelo doador, de que os bens doados revertam ao patrimônio de terceiro, sobrevivendo ele ao donatário.

b) De regra, a doação em comum a mais de uma pessoa entenda-se distribuída entre elas por igual, entretanto, se os donatários forem marido e mulher a doação subsistirá na sua totalidade, para o cônjuge sobrevivente, na hipótese de morte de um deles.

c) O doador pode renunciar antecipadamente ao direito de revogar a doação por



ingratidão do donatário.

d) A doação não pode ser revogada, no caso de calúnia praticada contra o doador pelo donatário, se este é descendente do doador.

e) No caso de homicídio doloso, praticado pelo donatário contra o doador, o direito à revogação pode ser exercido pelos herdeiros do donatário, ainda que o doador houver externado, de forma válida, o seu perdão.

**9ª Questão:** No que diz respeito ao EMPRÉSTIMO, regulado pelo novo Código Civil em seus arts. 579 a 592, englobando o COMODATO e o MÚTUO, pergunta-se qual das alternativas abaixo é **INCORRETA**:

a) Constituído em mora o comodatário, somente o Juiz terá poderes para arbitrar o aluguel a ser pago ao comodante até à restituição, não sendo válido o arbitramento feito unilateralmente pelo comodante.

b) O mútuo feito a menor, pode ser reavido dele ou de seus fiadores caso o empréstimo tenha revertido a seu favor.

c) No mútuo destinado a fins econômicos não se presume ser ele gratuito, ainda que não fixados juros.

d) No mútuo destinado a fins econômicos, os juros podem ser capitalizados anualmente.

e) No contrato de mútuo, os juros não podem ser estipulados à taxa excedente àquela que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

**10ª Questão:** Referentemente ao contrato de EMPREITADA, previsto nos arts. 610 a 626 do Código Civil em vigor, quais das alternativas abaixo é **correta**:

a) O contrato para elaboração de um projeto implica na obrigação de fiscalizar-lhe a execução.

b) O dono da obra não poderá pleitear a revisão do preço global convencionado, mesmo que haja diminuição do preço do material ou da mão-de-obra e essa diminuição for superior a um décimo do preço global ajustado.

c) Após iniciada a construção, não pode o dono da obra suspender-lhe a execução, ainda que pague ao



- empreiteiro as despesas e lucros relativos aos serviços já feitos, mais indenização de lucros cessantes.
- d) O empreiteiro poderá suspender a obra se, no decorrer dos serviços se manifestarem dificuldades imprevisíveis de execução, resultantes de causas geológicas ou hídricas ou outras semelhantes, quando implicarem em excessiva onerosidade da empreitada, opondo-se o dono da obra ao reajuste do preço inerente ao projeto por ele elaborado.
- e) O contrato de empreitada sempre se extingue pela morte de qualquer das partes.

**11ª)** Consideradas as disposições do Código Civil em vigor, assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**:

- a) Além da propriedade, a enfiteuse também esta inscrita como direito real.
- b) A anticrese não se constitui em direito real de garantia.
- c) O direito do promitente comprador do imóvel constitui-se em direito real.
- d) A habitação e o uso não são previstos como direitos reais.
- e) As rendas expressamente constituídas sobre imóveis caracterizam-se como direitos reais.

**12ª Questão:** Considerando-se a disciplina introduzida pelo novo Código Civil, identifique o candidato a resposta **INCORRETA**:

- a) De regra, para a validade do aval prestado por um dos cônjuges é necessária a autorização do outro cônjuge.
- b) De regra, para a validade da fiança prestada por um dos cônjuges é indispensável a autorização do outro cônjuge.
- c) No regime de separação absoluta de bens, para a validade da fiança e do aval prestados por um dos cônjuges, faz-se indispensável a autorização do outro.
- d) Exceto no regime de separação absoluta de bens é sempre necessária a autorização do outro cônjuge para a validade da fiança e do aval prestados.
- e) O juiz pode suprir a outorga do cônjuge que se recusar, sem justo motivo, a autorizar a prestação de fiança ou aval.





**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
B	D	E	A	C	E
<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
E	B	A	D	C	C

**Prova de 9 de novembro de 2003**

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) Da prática do ato ilícito decorre necessariamente a responsabilidade civil aquiliana, também denominada extracontratual.
- b) Nascituro é dotado de personalidade civil porque a lei lhe confere alguns direitos.
- c) Lei que tem vigência temporária não pode ser revogada por outra lei, pois desaparece do ordenamento jurídico com o só decurso do prazo de sua vigência.
- d) Direito eventual, isto é, direito subordinado à condição suspensiva, é direito adquirido para fins de retroatividade de lei nova, desde que se trate de condição casual.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

**2ª Questão:** A respeito do incapaz, enquanto não for julgada a especialização da hipoteca legal, a quem incumbirá administrar-lhe os bens?

- a) Ao Juiz que preside o feito.
- b) A um curador nomeado pelo Juiz.
- c) A quem requereu a curatela.
- d) Ao Ministério Público.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.



**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) O ato ilícito é fato jurídico.
- b) O ato ilícito é ato jurídico volitivo.
- c) O ato ilícito é ato jurídico inconsciente.
- d) Não há qualquer distinção técnica entre ato ilícito e ato jurídico.
- e) Nenhuma das opções é correta.

**4ª Questão:** O parentesco consanguíneo divide-se em linha reta e em linha colateral ou transversal.

Segundo sua concepção, assinale aquelas que se encontram como colaterais em quinto grau:

- a) Primos.
- b) Tio-avô e sobrinho-neto.
- c) Filhos de bisnetos de outros filhos do bisavô.
- d) Netos de filhos do bisavô.
- e) Nenhuma opção é correta.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

É possível o convalecimento de posse precária?

- a) Sim, desde que date de mais de ano e dia.
- b) Sim, desde que antes de um ano seja ajuizada ação possessória.
- c) Sim, desde que antes de dois anos seja ajuizada ação possessória.
- d) Sim, desde que também não seja clandestina.
- e) Não, porque a precariedade não cessa.

**6ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:



Há propriedade resolúvel:

- a) Na superfície e na anticrese.
- b) Na retrovenda e na alienação fiduciária em garantia.
- c) Na venda a contento sob condição suspensiva e no fideicomisso.
- d) Na venda a contento sob condição resolutiva e no usufruto.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
D	D	A	C	E	B

Prova de 15 de fevereiro de 2004

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A capacidade para suceder apura-se no momento da abertura da sucessão.
- b) O menor relativamente capaz não tem capacidade para testar, a menos que assistido por seu representante legal.
- c) O princípio do direito das sucessões segundo o qual os mais próximos excluem os mais distantes, não se aplica entre os colaterais.
- d) Tanto a aceitação quanto a renúncia da herança pode ser expressa ou tácita, mas a renúncia deve ser confirmada por termo nos autos ou escritura pública.
- e) A renúncia à herança, sendo um ato jurídico em sentido estrito, pode ser condicionada à aceitação de outra pessoa.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A lei não prevê a possibilidade de reabilitação do indigno.



- b) A exclusão do herdeiro ou legatário, nos casos de indignidade (art. 1.814, CC), independe de ação ordinária.
- c) O excluído da sucessão é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido.
- d) A aceitação da herança não pode ser tácita, devendo obrigatoriamente ser expressa.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Em caso de inexecução completa da obrigação, a cláusula penal é:

- a) Compensatória
- b) Moratória
- c) Persecutória
- d) Admonitória
- e) Novatória

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) Nas obrigações de dar coisa incerta, a regra geral é a de que ao credor incumbe realizar a escolha.
- b) Nas obrigações de dar coisa certa, ainda que todas as coisas pertencentes ao devedor venham a perecer em virtude de força maior, continuará ele obrigado.
- c) Nas obrigações de restituir coisa certa, não havendo mora, quem sofre o prejuízo com perecimento da coisa ocorrido antes da tradição e em virtude de caso fortuito é o devedor.
- d) Nas obrigações de fazer, o princípio absoluto é o de que cumpre ao devedor pessoalmente realizar a prestação.
- e) Nas obrigações de não fazer, a constituição em mora do devedor depende de notificação, interpelação ou protesto.



**5ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Os contratos sinalagmáticos são aqueles em que ocorre:

- a) A presença de, no mínimo, duas partes.
- b) A união de duas vontades.
- c) A imprescindibilidade de mais de duas partes.
- d) A criação de obrigações recíprocas.
- e) A prevalência das obrigações do comprador sobre as do vendedor.

**6ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A ignorância do alienante quanto aos vícios ocultos da coisa não o exime da responsabilidade de restituir o valor recebido.
- b) Numa obrigação de dar coisa certa, os frutos percebidos são do devedor, enquanto que os pendentes pertencem ao credor, considerada a época da tradição.
- c) Numa obrigação alternativa, cabendo a escolha ao credor e tornando-se impossível uma das prestações por culpa do devedor, terá aquele o direito de exigir ou a prestação subsistente ou o valor da outra, mais perdas e danos num caso e noutro.
- d) Na obrigação indivisível, o devedor que paga a dívida sub-roga-se no direito do credor em relação aos demais coobrigados, sendo esta uma hipótese de sub-rogação legal.
- e) Terceiro não interessado não tem direito à consignatória, se fizer o pagamento em nome e por conta do devedor.

**7ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Os efeitos da mora “*accipiendi*” são os seguintes:

- a) Fixação da responsabilidade do devedor, liberação dos juros e aplicação da pena convencional.
- b) Liberação da pena convencional, fixação dos juros legais e delimitação da



responsabilidade do devedor.

- c) Delimitação dos juros aplicados, isenção da responsabilidade do devedor e aplicação da multa convencional.
- d) Isenção da responsabilidade do devedor, liberação dos juros e da pena convencional.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

**8ª Questão:** no conceito de Maria Helena Diniz, “*pagamento é a execução voluntária e exata, por parte do devedor, da prestação devida ao credor, no tempo, forma e lugar previstos no título constitutivo.*” Assinale, diante disso, a alternativa **correta**:

- a) Se as partes não ajustarem a data para o pagamento da dívida, o credor só poderá exigi-lo de imediato com a concordância expressa do devedor.
- b) Mesmo na hipótese de pagamento voluntário do indevido, não é necessário que aquele que pagou prove o erro para receber a restituição do valor pago.
- c) Quem pagar dívida prescrita ou cumprir obrigação natural, terá direito à devolução, visto que há enriquecimento indevido do “*accipiens*”.
- d) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda que se provando depois que não era ele o credor.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

**9ª Questão:** Todas as alternativas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

- a) Tratando-se de retrovenda, o prazo do retrato, expresso ou presumido, não excederá a três anos, ainda que referente a incapaz.
- b) O direito oriundo da venda a contento somente poderá ser cedido por ato inter vivos, nunca por causa mortis.
- c) O prazo para exercer o direito de preempção não pode exceder a dois anos, em sendo o bem imóvel.
- d) O vendedor poderá antecipar-se ao adquirente, colimando exercer seu direito de prelação, caso em que, constando que este pretende vender a coisa, o intimará, judicial



ou extrajudicialmente.

e) Na venda sujeita à prova, as obrigações do comprador, enquanto não manifestar ele a aceitação, serão as de mero comodatário.

**10ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

A entrega do objeto empenhado ao devedor:

- a) Prova a renúncia da garantia.
- b) Prova a extinção da dívida.
- c) Prova a extinção parcial da dívida, até o valor venal do objeto.
- d) Não prova a renúncia à garantia, nem a extinção da dívida.
- e) Prova a renúncia à garantia e a extinção da dívida.

**11ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) O usufrutuário pode alienar o usufruto a quem quer que seja.
- b) O usufrutuário deve arcar com as despesas decorrentes da deterioração, pelo uso, sofrida pelo bem usufruído.
- c) Cedido o usufruto a terceiro, a título gratuito ou oneroso, sobrevivendo a morte do usufrutuário, extingue-se o usufruto e, portanto, a cessão.
- d) O usufrutuário não está obrigado a pagar os tributos devidos pela posse.
- e) O usufrutuário apenas pode defender a posse do bem usufruído com o consentimento do nu-proprietário.

**12ª Questão:** O conceito de vício redibitório está no art. 441 do código civil. não é coerente com esse conceito **afirmar-se** que:

- a) Aplica-se às doações onerosas.
- b) A ignorância do vício exime o alienante de qualquer responsabilidade.
- c) O vício deve tornar a coisa imprópria ao uso a que é destinada.



- d) É aplicável aos contratos comutativos.
- e) Todas as alternativas são corretas.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
A	C	A	B	D	E
<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
D	D	B	A	C	B

**Prova de 2006**

**1ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) Ato do devedor, mesmo extrajudicial, que inequivocamente reconhece o direito do credor, interrompe a prescrição.
- b) A vontade do menor, seja ele relativa ou absolutamente incapaz, é totalmente irrelevante no negócio jurídico por ele celebrado, sendo substituída pela de seu representante ou assistente, conforme o caso.
- c) Em caso de negócio celebrado por representante em conflito com interesse do representado, o prazo para sua anulação é decadencial e contado, em qualquer caso, da conclusão do negócio.
- d) Para o Código Civil deve-se atender, no negócio jurídico, à vontade real dos celebrantes, pelo que é irrelevante como a vontade foi manifestada, em caso de reserva mental desconhecida da contraparte.
- e) O direito sujeito a condição suspensiva não é adquirido e, portanto, não pode ser objeto de medidas cautelares.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa correta:





- a) Os contratos de compra e venda, locação e depósito voluntário provam-se por escrito ou, se verbais, por testemunhas, respeitados os limites de valores previstos em lei.
- b) A rescisão unilateral, quando autorizada pelo contrato e pela lei, é exercitada por meio de declaração receptícia ou denúncia.
- c) A alteração de fortuna das partes que ponha em dúvida a solvabilidade de uma delas não afeta o cumprimento do contrato se ocorrida após sua celebração.
- d) Se a parte inocente, em contrato preliminar inadimplido, não preferir converter a obrigação em perdas e danos, apenas lhe restará pedir judicialmente a imposição de multa cominatória para compelir a que está em mora a celebrar o contrato definitivo.
- e) O benefício de ordem, concedido ao fiador, pode ser exercido a qualquer tempo, desde que antes da sentença, na fase de conhecimento.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) A *ocupação* é forma lícita de aquisição da propriedade imóvel.
- b) O síndico de condomínio edilício pode ser destituído por assembléia geral, respeitado *quorum* mínimo de 2/3 (dois terços) dos condôminos.
- c) A plantação feita pelo não-proprietário do solo sempre reverte em proveito deste, ficando a salvo o direito de ressarcimento das sementes, insumos e trabalho empregados na lavoura.
- d) O possuidor de boa-fé, cuja posse seja injusta, responde pela perda ou deterioração da coisa, mas apenas se obrou com culpa ou dolo.
- e) Para aquisição, pela usucapião especial urbana, o Código Civil exige que o possuidor ou possuidora resida em imóvel de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, tornando a área produtiva por seu trabalho ou de sua família.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:



- a) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável a sua pessoa, a sua família, ou aos seus bens. Se disser respeito a pessoa não pertencente à família do paciente, o juiz, com base nas circunstâncias, decidirá se houve coação.
- b) Considera-se condição a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- c) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- d) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- e) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O pedido de pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.
- b) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- c) Na fraude contra credores há necessidade de ação para o seu reconhecimento, ao contrário do que ocorre na fraude de execução, em que o ato é ineficaz e não produz efeito em relação ao credor.
- d) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- e) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso de tempo.

**6ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:



- a) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- b) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, acarretará o agravamento da posição dos outros.
- c) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- d) Denomina-se dação em pagamento o recebimento, pelo credor, de prestação diversa da que lhe é devida.
- e) A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito enquanto a tácita depende de interpelação judicial.

**7ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.
- b) Quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-la a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e não as havendo, o de quinhão maior.
- c) Cada condômino pode usar da coisa conforme sua destinação, sobre ela exercer todos os direitos compatíveis com a indivisão, reivindicá-la de terceiro, defender a sua posse e alhear a respectiva parte ideal, ou gravá-la.
- d) É defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de um metro do terreno do vizinho.
- e) O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais.

**8ª Questão:** Aponte a alternativa correta:



- a) Sendo defeso à genitora entregar seu filho recém-nascido à família substituta, o magistrado não tem outra solução que não seja deferir busca e apreensão do 2º infante, ajuizada pelo Ministério Público.
- b) Sendo a mãe viúva a administradora dos bens dos filhos menores, seus poderes incluem atos de administração e de disposição.
- c) A propriedade não se perde pela prescrição extintiva, oriunda da simples inércia do proprietário; mas perde-se pela prescrição aquisitiva, ou usucapião, resultante de posse exclusiva de terceiro.
- d) Em ação reivindicatória, alegada a prescrição aquisitiva como defesa, o autor não necessita demonstrar, de forma inequívoca e incontroversa, estar exercendo a posse da área vindicada.
- e) Apenas duas hipóteses acima estão incorretas.

**9ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) É deferida ao comprador, em venda *ad corpus*, ação contra o devedor, sob o fundamento de que as medidas do imóvel não estavam escrituradas.
- b) Na venda *ad mensuram* as diferenças de metragem são irrelevantes ao preço.
- c) Na venda *ad corpus* a referência à medida é meramente enunciativa, tendo por finalidade melhor caracterizar a coisa.
- d) Sob o ponto de vista doutrinário o direito à propriedade é imprescritível e absoluto.
- e) Inadmissível é o usucapião quando o imóvel já era foreiro e a constituição da enfiteuse em favor do usucapiente se faz contra o particular enfiteuta.

**10ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) A aplicação da cláusula *pacta sunt servanda* é obrigação do juiz ao decidir sobre relação contratual.
- b) Nos contratos atípicos inexistente possibilidade de interferência judicial no tocante às cláusulas gerais e abertas.



- c) A exigência da boa-fé se limita ao período que vai da conclusão até a execução do contrato.
- d) Porque é indispensável a análise das cláusulas abertas, dispensa-se o que se relaciona ao interesse social.
- e) No moderno direito obrigacional a boa-fé é exigível juridicamente nas relações contratuais, havendo necessidade de perquirir-se a respeito de deveres anexos, cláusulas faltantes e cláusulas abusivas.

**GABARITO:**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	B	D	E	D	B	ANULADA	ANULADA	C	E

**Prova – Agosto de 2007**

**1ª Questão:** Relativamente à usucapião especial de imóvel urbano (Lei n. 10.237/10.07.2001), assinale a alternativa **correta**:

- a) A usucapião de imóvel urbano será concedida apenas a quem não seja proprietário de outro imóvel urbano, podendo ser o usucapiente, entretanto, proprietário de área rural, desde que seja esta inferior a um módulo rural.
- b) A usucapião especial de imóvel urbano pode ser invocada como matéria de defesa, não tendo esse reconhecimento, entretanto, eficácia como título hábil para fins de registro no Cartório de Imóveis.
- c) A usucapião especial não pode ser requerida por uma coletividade de pessoas.
- d) A sentença atribuirá a cada um dos compossuidores fração ideal idêntica, independentemente da área efetivamente ocupada por cada um deles.
- e) Na sentença, de regra o juiz atribuirá a cada um dos compossuidores a área efetivamente ocupada.



**2ª Questão:** Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que é **INCORRETA**:

- a) Os bens doados com cláusula de incomunicabilidade são excluídos da comunhão no regime de comunhão universal. Essa exclusão se estende aos frutos desses bens, ainda que se percebam ou vençam durante o casamento.
- b) Excluídos os pais da sucessão, os bens herdados pelos filhos menores, não ficam sob usufruto e administração paterna.
- c) Os bens adquiridos por filhos menores havidos fora do casamento e antes do reconhecimento pelo pai, no exercício do pátrio poder familiar, não ficam sujeitos ao usufruto e à administração paterna.
- d) No regime de comunhão parcial, os proventos do trabalho pessoal de cada um dos cônjuges não integram a comunhão.
- e) No regime de comunhão universal os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge são excluídos da comunhão.

**3ª Questão:** Dos enunciados abaixo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O proprietário de fonte não captada não pode impedir o curso natural das sobras dessas águas.
- b) As sebes vivas, as árvores ou plantas outras que servem de marco divisório, só podem ser cortadas de comum acordo entre os extremantes.
- c) O proprietário de um imóvel tem o direito de represar as águas em seu prédio, mediante a construção de barragens, açudes e outras sobras.
- d) Nos condomínios de parede-meia, é lícito ao proprietário encostar nas paredes divisórias chaminés ordinárias e fogões de cozinha.
- e) A passagem forçada é uma servidão imposta ao direito de propriedade.

**4ª Questão:** Com relação à ação civil pública (Lei n. 7.347/24.7,1985), assinale a alternativa **CORRETA**:



- a) É admissível a formação de litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados, na defesa dos direitos de que cuida a Lei n. 7.347.
- b) Em ação civil pública, a multa cominada liminarmente se torna exigível a partir da intimação da parte requerida.
- c) As autarquias não têm legitimidade para propô-la.
- d) A sentença proferida em ação civil pública só faz coisa julgada 'inter' partes.
- e) Nas ações civis públicas, a concessão de liminar tem como condicionante da validade a realização de justificativa prévia.

**5ª Questão:** Quanto aos direitos autorais e edição, tratados na Lei n. 9.610, de 19.2.1998, indique a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os programas de computador são considerados, para os fins de proteção legal, obras intelectuais.
- b) Para efeitos de direitos autorais, considera-se contrafação a reprodução não autorizada de determinada obra.
- c) As obras subvencionadas pelo Município passam a integrar o domínio deste.
- d) Aquele que adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público, adquire os direitos de autor.
- e) Os direitos autorais reputam-se, para os legais, bens móveis.

**6ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) No contrato com pessoa a declarar, se a pessoa indicada recusar-se a aceitar a indicação, o contrato não terá qualquer eficácia.
- b) Nos contratos aleatórios, é vedada a inclusão de cláusula de assunção, pelo alienante, do risco de não vir a coisa a existir.
- c) No contrato com pessoa a declarar, a aceitação da pessoa indicada no momento da conclusão negocial, produzirá efeitos mesmo quando externada de forma diversa daquela utilizada para a efetivação do contrato.



- d) Nos contratos aleatórios de coisas futuras, ainda que tenha o adquirente tomado a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá o alienante direito ao preço total, se não houver concorrência de culpa sua.
- e) A inscrição no registro competente é pressuposto do direito à exigibilidade da feitura do contrato definitivo, quando não contenha ele cláusula de arrependimento.

**7ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As causas suspensivas do casamento (art. 1.523, CC/2002), não impedem a caracterização da união estável.
- b) Como regra geral, a convivência pública, contínua e duradoura de pessoas impedidas de casar, mesmo quando existente o objetivo de constituir família, não caracteriza a união estável.
- c) É apenas anulável o casamento realizado por autoridade incompetente.
- d) A exemplo do que ocorre no casamento, na união estável a fidelidade é dever a ser obedecido pelos conviventes.
- e) A autorização dos pais para o casamento de menores com dezesseis anos de idade, uma vez dada é irreversível.

**8ª Questão:** No referente à evicção, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O evicto tem direito a obter, do alienante, o valor das benfeitorias necessárias ou úteis que não lhes foram abonadas.
- b) Mesmo que não considerável a evicção parcial, é facultado ao evicto optar pela rescisão do contrato.
- c) A responsabilidade pela evicção não se aplica às coisas adquiridas a título gratuito.
- d) A aquisição do bem em hasta pública não é excludente da evicção.
- e) Se não considerável a evicção parcial somente terá o evicto direito à indenização.

**GABARITO:**





<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>
D	A	C/E	A	C	D	E	B

## Prova – Junho de 2008

**1ª Questão:** Sobre a capacidade civil das pessoas naturais, considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. A antecipação da capacidade civil plena é possível por meio da emancipação.
  - II. Os excepcionais, com desenvolvimento mental incompleto, são absolutamente incapazes.
  - III. A personalidade civil começa com o nascimento com vida, razão pela qual os direitos do nascituro não gozam de proteção jurídica.
  - IV. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, quando for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- a) Somente as proposições II e III estão incorretas.
  - b) Somente a proposição IV está correta.
  - c) Todas as proposições estão incorretas.
  - d) Todas as proposições estão corretas.
  - e) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O pacto antenupcial só terá validade quando celebrado por escritura pública e sua eficácia está condicionada ao posterior enlace matrimonial.
- b) É possível a alteração do regime de bens no curso do casamento, desde que autorizado judicialmente, devendo tal pedido ser feito de maneira motivada por ambos



os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas, e ressalvados os direitos de terceiros.

c) São incomunicáveis os bens cuja aquisição tiver por título uma causa anterior ao casamento celebrado sob o regime de comunhão parcial de bens.

d) O cônjuge casado sob o regime de separação final nos aquestos poderá prestar fiança ou aval independentemente da outorga uxória ou marital.

e) No regime de participação final nos aquestos, cada cônjuge possui patrimônio próprio, cabendo, todavia, à época da dissolução da sociedade conjugal, direito à metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento.

**3ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, desde que não excluam os dos outros compossuidores.

II. O possuidor, mesmo que de boa-fé, não tem direito aos frutos percebidos enquanto durar a posse.

III. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por 10 (dez) anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a 50 (cinquenta) hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho, adquirir-lhe-á a propriedade, ainda que nela não tenha sua moradia.

IV. O proprietário tem o dever de usar, gozar e dispor da coisa, possuindo, também, o direito de reavê-la do poder de quem injustamente a possua ou detenha.

a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

b) Todas as proposições estão corretas.

c) Somente a proposição I está correta.

d) Todas as proposições estão incorretas.

e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

**4ª Questão:** Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa **INCORRETA**.



- a) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar do pagamento.
- b) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- c) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- d) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- e) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa **correta** acerca dos prazos prescricionais no Código Civil:

- a) Será de 4 (quatro) anos, contados a partir da publicação dos atos constitutivos da sociedade anônima, o prazo prescricional relativo à pretensão contra os fundadores, por violação da lei ou do estatuto.
- b) Em 2 (dois) anos prescreve a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.
- c) Prescreve em 1 (um) ano, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- d) A prescrição ocorre em 20 (vinte) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- e) As pretensões para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de 1 (um) ano, com capitalização ou sem ela, de ressarcimento de enriquecimento sem causa e a de reparação civil prescrevem em 3 (três) anos.



**6ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**, considerando as regras do Código Civil.

- I. Somente pessoas naturais podem ser titulares de direitos de personalidade.
  - II. A desconsideração da personalidade jurídica deve ser decretada *ex officio* pelo juiz quando presentes elementos que autorizem a conclusão do intuito de fraude.
  - III. Os direitos de personalidade podem ser protegidos por tutela reparatória, vedado o uso da tutela inibitória.
  - IV. A proteção aos direitos de personalidade tem início já na vida intra-uterina e não cessa com a morte.
- a) Somente a proposição IV está correta.
  - b) Somente a proposição II está correta.
  - c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

**7ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- I. A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia.
  - II. Nos contratos de locação, é nula a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção.
  - III. É ineficaz, perante os adquirentes do imóvel, a hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda.
  - IV. Nos contratos de alienação fiduciária, a purga da mora só é permitida quando já pagos pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor financiado.
- a) Todas as proposições estão corretas
  - b) Somente as proposições I e IV estão corretas
  - c) Somente as proposições II e III estão corretas



- d) Somente as proposições I e III estão corretas
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

**8ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- I. É possível proteger por medidas cautelares mero direito eventual, ainda não adquirido.
  - II. A simulação importa em nulidade do negócio jurídico e por isso torna o ato completamente sem efeito entre as partes e também perante terceiros, em face dos contraentes.
  - III. O pagamento de dívida ainda não vencida, feito por devedor insolvente a um dos credores quirografários, obriga que este reponha, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, o objeto da prestação.
  - IV. A lesão se caracteriza pela superveniência, em um negócio jurídico, de fato que torna manifestamente desproporcionais as respectivas prestações.
- a) Somente as proposições I e III estão corretas
  - b) Todas as proposições estão corretas
  - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
  - d) Somente a proposição III está correta
  - e) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

**9ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- I. Inadimplida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, juros, atualização monetária e honorários de advogado.
- II. A mora sempre independe de interpelação, notificação ou protesto.
- III. A cláusula penal compensatória não dispensa o credor de demonstrar as perdas e danos que sofreu com o inadimplemento contratual.



IV. As arras penitenciais equivalem à cláusula penal na hipótese de inadimplemento culposos, perdendo-as, se culpado quem as deu, ou devendo restituí-las em dobro, se culpado quem as recebeu.

- a) Somente a proposição I está correta
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente a proposição III está correta
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas

**10ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- I. O pré-contrato só tem efeitos jurídicos se judicialmente homologado.
  - II. A parte inadimplente detém legitimidade para pedir a resolução contratual e devolução de parcelas pagas, na compra e venda de imóvel.
  - III. A resilição é sempre bilateral e independe de forma específica.
  - IV. A onerosidade excessiva surgida em um contrato impõe a anulação do negócio.
- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
  - b) Somente as proposições III e IV estão corretas
  - c) Somente as proposições I e III estão corretas
  - d) Somente a proposição II está correta
  - e) Somente as proposições II e IV estão corretas

**GABARITO:**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	D	C	A	E	A	D	A	B	D

Prova de 2009

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:



- a) O proprietário de imóvel que não possuir acesso à via pública pode constranger o vizinho a lhe dar passagem independentemente de pagamento de indenização.
- b) O dono ou possuidor do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior.
- c) O proprietário pode, a qualquer tempo, exigir que o vizinho desfaça janela ou goteira sobre o seu prédio.
- d) Em zona rural, é defeso levantar edificação a menos de cinco metros do terreno vizinho.
- e) Não é permitido ao confinante encostar à parede divisória chaminés ordinárias, nem os fogões de cozinha, suscetíveis de produzir interferências prejudiciais ao vizinho.

**2ª Questão:** Em relação ao direito alimentar, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Na ação de alimentos, a ausência da parte autora à audiência de conciliação e julgamento importa no arquivamento do pedido, e a da parte ré na revelia, bem como na confissão quanto à matéria de fato.
- b) É vedado ao alimentando renunciar ao direito de alimentos, embora possa não exercer esse direito.
- c) O cônjuge declarado culpado na separação judicial não perde definitivamente o direito de pleitear alimentos contra o outro cônjuge.
- d) A decisão judicial sobre alimentos não faz coisa julgada material.
- e) Alimentos provisórios são os fixados de forma cautelar na ação investigatória de paternidade, e provisionais, os fixados na ação de alimentos.

**3ª Questão:** Quanto ao direito sucessório, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É excluído da sucessão o herdeiro que, por meio fraudulento, obstou o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.
- b) A alienação onerosa pelo herdeiro aparente a terceiro de boa-fé é válida e eficaz, pouco importando se aquele estava ou não de boa-fé.



- c) O direito de pleitear a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em três anos, contados da abertura da sucessão.
- d) Os herdeiros colaterais ficarão excluídos da sucessão acaso não se habilitarem até a declaração da vacância.
- e) A renúncia da herança deve ser expressa por instrumento público ou por termo nos autos de processo judicial.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Úteis são as benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- b) O bem naturalmente divisível só pode se tornar indivisível por disposição legal.
- c) Considera-se imóvel qualquer material retirado temporariamente de uma edificação para nela ser reempregado.
- d) Ainda que não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- e) Considera-se posse de boa-fé quando o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

**5ª Questão:** Sobre condomínio, assinale a alternativa **correta**:

- a) O condômino pode alienar parte acessória de sua unidade imobiliária a outro condômino, mas jamais a terceiro.
- b) O síndico pode realizar reparos necessários, independentemente de autorização; na sua omissão ou impedimento, qualquer condômino pode fazê-lo.
- c) Os condôminos podem convencionar que fique indivisa a coisa comum por prazo indeterminado.
- d) O condomínio edilício pode ser instituído por escritura pública ou por instrumento particular, mas não por testamento.
- e) A mudança da destinação do edifício ou da unidade imobiliária depende da aprovação de dois terços dos votos dos condôminos.





**6ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. A cessão de crédito depende de anuência do devedor.
  - II. A assunção de dívida deve ser comunicada ao credor no prazo de trinta dias de sua realização, sob pena de suspensão de seus efeitos até medida judicial ulterior.
  - III. A cessão de contrato deve observar os mesmos requisitos de forma da cessão de crédito.
  - IV. Na cessão de crédito, pode o cessionário exercer atos conservatórios do direito cedido independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor.
- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
  - b) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - c) Somente a proposição IV está correta.
  - d) Somente a proposição II está correta.
  - e) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

**7ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Em regra, nas obrigações de dar coisa certa, se a coisa tem melhoramentos e acrescidos desde a celebração da compra e venda até a tradição, pode o vendedor exigir aumento no preço e, se com ele o comprador não anuir, resolver a obrigação.
  - II. Tratando-se de obrigação de restituição de coisa certa pode o devedor retê-la até que seja indenizado pelos melhoramentos ou acréscimos naturais que sobrevieram enquanto a possuía.
  - III. Tratando-se de obrigação de fazer fungível pode o credor, havendo urgência, mandar executar o fato independentemente de autorização judicial, para depois ser ressarcido, caso em que a obrigação se converte em obrigação de entrega de coisa certa.
  - IV. Quando a obrigação é indivisível os devedores são solidários, de sorte que a remissão de um aproveita a todos, extinguindo a dívida.
- a) Somente a proposição IV está correta.



- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.
- e) Somente a proposição III está correta.

**8ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. O terceiro não interessado pode pagar a dívida mesmo contra a vontade do devedor.
  - II. O terceiro pode pagar a dívida, mas não consignar em pagamento.
  - III. Quem de boa-fé paga ao credor aparente, paga mal e não se libera da obrigação.
  - IV. Se o devedor paga ao credor após ser intimado da penhora sobre o crédito, o pagamento não valerá contra o terceiro a quem aproveita a constrição.
- a) Somente a proposição IV está correta.
  - b) Somente as proposições I e III estão corretas.
  - c) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - d) Somente a proposição III está correta.
  - e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

**9ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. A mora absoluta, que se dá, entre outros casos, pela inutilidade da prestação ao credor, implica a resolução do contrato.
  - II. A purga da mora do credor exige a sujeição aos efeitos da mora até a data do efetivo pagamento.
  - III. Os juros da mora se contam desde a citação assim nas obrigações negociais como nas obrigações decorrentes de ato ilícito.
  - IV. A cláusula penal ressarcitória equivale a perdas e danos prefixados e não à sanção punitiva.
- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
  - b) Somente as proposições II e III estão corretas.



- c) Somente a proposição I está correta.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e II estão corretas.

**10ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. O juiz pode reconhecer de ofício prescrição ou decadência, mesmo quando esta for convencional.
  - II. Quando o ato ilícito deva ser apurado no juízo criminal, não corre prescrição antes da respectiva sentença definitiva, não sendo bastante para permitir a fluência do prazo mera sentença penal recorrível.
  - III. Ato extrajudicial do devedor de inequívoco reconhecimento da dívida interrompe a prescrição.
  - IV. A interrupção da prescrição é comum, aproveitando, em qualquer caso, a todos os credores ainda que somente um a tenha promovido.
- a) Estão corretos apenas os itens I e IV estão corretas.
  - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
  - c) Estão corretos apenas os itens II e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
  - e) Somente a proposição I está correta.

**11ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. A lesão permite a resolução do negócio pela superveniência de onerosidade excessivamente desproporcional.
- II. A condição suspensiva ou resolutive não permite, enquanto não se verificar, a aquisição do direito a que visa o respectivo negócio.
- III. A condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem seu implemento aproveite é considerada como não verificada.
- IV. O encargo somente é possível em negócios onerosos realizados por mútuo consentimento e para os quais não haja forma especial prevista em lei.



- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições I e II estão corretas.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>
B	E	C	B	B	C	B	A	A	B
<b>11</b>									
C									

**PROVA DE 2010****1ª Questão:** Assinale a alternativa *correta*:

I. A liberdade de contratar é exercida em razão e nos limites da função social do contrato. No sistema do Código Civil, quando há no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, nem sempre adota-se a interpretação mais favorável ao aderente. Contudo, nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

II. É nulo o negócio jurídico quando: celebrado por pessoa absolutamente incapaz; for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto; o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito; tiver por objetivo fraudar lei imperativa; derivar de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores. O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.



III. É lícito aos interessados prevenir ou terminar o litígio mediante concessões mútuas. A transação, se recair sobre direitos contestados em juízo, será feita por escritura pública ou por termo nos autos, assinado pelos transigentes e homologado pelo juiz.

IV. O texto do Código Civil contempla, sempre que necessário cláusulas gerais. As cláusulas gerais conferem ao sistema jurídico flexibilidade e capacidade de adaptação à evolução do pensamento e comportamento social e importam em avançada técnica legislativa de enunciar, através de expressões semânticas relativamente vagas, princípios e máximas que compreendem e recepcionam a mais variada sorte de hipóteses concretas de condutas tipificáveis, já ocorrentes no presente ou ainda por se realizarem no futuro.

- a) Somente as proposições I e II estão incorretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- d) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** Na cessão por título oneroso, o cedente fica responsável perante o cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu. Todavia, salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor. A cessão de crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita.

**II.** O contrato de transporte de pessoas é aquele em que o transportador se obriga a remover uma pessoa e sua bagagem de um local a outro mediante remuneração. O transportador responde pelos danos causados aos viajantes e suas bagagens oriundas de desastres não derivados de força maior, cujos efeitos não era possível evitar, considerada nula a cláusula excludente de responsabilidade. Deve por isto pagar



indenização por danos morais e patrimoniais de acordo com a natureza e a extensão dos prejuízos, abrangidos por exemplo os gastos com estadia e alimentação, as despesas médico-hospitalares e a perda de negócios não realizados em decorrência do atraso ou não realização do transporte.

**III.** A coação, pressão física ou moral, para viciar a declaração de vontade, há de ser tal que incuta sobre a pessoa contratante fundado temor de dano iminente e considerável a ela à sua família ou aos seus bens. Não se cogita de coação se o temor de dano for relacionado com pessoa não pertencente à família do paciente.

**IV.** Nos contratos de corretagem, a remuneração é devida ao corretor se ele mediou e aproximou as partes (vendedora e compradora) e elas acordaram no negócio, ainda que posteriormente as partes modifiquem as condições ou se arrependam, de modo que o negócio (compra e venda) não venha a se efetivar. Se, por não haver prazo determinado, a parte dona do negócio dispensar o corretor e o negócio se realizar posteriormente como fruto da mediação deste, a corretagem lhe será devida.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições I, II e IV estão corretas

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** Com a edição do Código Civil de 2002, a boa-fé objetiva passou a princípio explícito que exerce sua função harmonizadora para conciliar o rigorismo lógico-dedutivo com as exigências éticas atuais, abrindo as janelas do positivismo jurídico para o ético. No âmbito do contrato o princípio da boa-fé sustenta o dever de as partes agirem conforme a economia e a finalidade do contrato, de modo a conservar o equilíbrio substancial e funcional entre as obrigações correspectivas que formaram o sinalagma contratual.



**II.** Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem. Isto representa dizer que cabe ao intérprete investigar qual a real intenção dos contratantes, pois o que interessa é a vontade real e não a declarada.

**III.** O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado. O contrato preliminar traça os contornos de um contrato final que se pretende efetivar no momento oportuno, gerando direitos e deveres para as partes que assumem a obrigação de contrair contrato definitivo. Se dele não constar cláusula de arrependimento, qualquer das partes terá o direito de exigir a celebração do definitivo, assinando prazo à outra para que o efetive.

**IV.** A pessoa jurídica é uma realidade autônoma, capaz de direitos e obrigações independentemente de seus membros, pessoas naturais. Porém, o juiz pode decidir, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando este intervenha no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. Esta possibilidade, todavia depende de circunstâncias expressamente definidas na lei, a saber, desvio determinante da finalidade estipulada pela pessoa jurídica quando de sua constituição e confusão patrimonial.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e III estão corretas.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** Nos contratos de seguro, segurado e segurador são obrigados a guardar na conclusão e na execução do contrato a mais estrita boa-fé e veracidade, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e declarações a ele concernentes. Somente as falsas declarações



intencional e voluntariamente prestadas na proposta, capazes de influenciar na sua aceitação pela seguradora, é que ensejam a esta fazer valer a sanção da perda do direito à indenização pelo segurado.

**II.** As benfeitorias podem ser: voluptuárias, como por exemplo, a construção de uma piscina em casa particular; necessárias, como a construção de uma garagem ou a realização de serviços em alicerce de uma casa que cedeu; úteis, como a troca de encanamento enferrujado ou de fiação elétrica que possa provocar curto-circuito.

**III.** O absolutamente incapaz tem por domicílio o de seu representante legal. O domicílio do preso é o do lugar em que cumprir a sua sentença. O denominado domicílio necessário é aquele determinado por lei em razão da condição ou situação de certas pessoas.

**IV.** É lícito às partes estipular contratos atípicos desde que observadas as normas gerais do Código Civil. Os contratos atípicos são os que não são expressamente disciplinados pelo Código Civil e são admitidos ante o princípio da autonomia da vontade desde que não contrariem, por exemplo, a ordem pública, os bons costumes e a função social do contrato.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz supre a prova que se pretendia obter com o exame. Em ação de investigação de paternidade, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção absoluta de paternidade, de modo que a negativa do réu leva o juízo a presumir como verdadeiros os fatos contra ele alegados.

**II.** O Código Civil prevê que o médico no exercício da profissão, ao causar a morte do paciente, por negligência, imprudência ou imperícia, está obrigado a prestar indenização





consistente no pagamento das despesas do funeral, do luto da família e da prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia.

**III.** A ação de indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em um ano. Porém, o pedido de pagamento de indenização feito diretamente à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado seja comunicado da decisão de recusa.

**IV.** O dispositivo que prevê que ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica pressupõe três princípios: o princípio da autonomia, que preconiza o respeito à vontade do paciente ou de seu representante, se incapaz, exigido o consentimento livre e informado; o princípio da beneficência, que recomenda a busca do bem-estar do paciente, evitando-se, na medida do possível, danos e risco de vida; o princípio da não-maleficência, que prevê a obrigação de não se acarretar dano ao paciente.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**6ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** O desdobramento vertical da posse se dá em casos como os da locação, comodato ou compra e venda simples.

**II.** O detentor tem legitimidade para agir processualmente na defesa da posse que exerça.

**III.** A composses exige litisconsórcio necessário dos compossuidores no manejo dos interditos contra terceiros.

**IV.** A qualificação de “injusta” da posse não é idêntica nas hipóteses de interditos possessórios e de reivindicação.



- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente a proposição IV está correta.
- e) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

**7ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- I.** O possuidor de boa-fé tem direito de indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis, mas apenas pode exercer direito de retenção pelas necessárias.
- II.** O possuidor de boa-fé tem direito de pedir indenização pelas benfeitorias voluptuárias, mas não pode exercer direito de retenção.
- III.** O possuidor de má-fé tem direito de indenização tanto das benfeitorias necessárias quanto das úteis, em razão da vedação ao enriquecimento sem causa.
- IV.** O valor de indenização das benfeitorias será, em qualquer caso, o valor de custo e não o atual.

- a) Todas as proposições estão incorretas.
- b) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- e) Somente as proposições I e II estão incorretas.

**8ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Não pode casar o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- II.** É da essência do ato a certidão, de modo que o casamento somente pode ser provado por ela.



**III.** É nulo o casamento por violação de impedimento e anulável aquele celebrado em desacordo com as regras da idade núbil.

**IV.** Mesmo o casamento nulo, se celebrado de boa-fé por ambos os cônjuges, produz efeitos em relação a estes e aos respectivos filhos até a data da sentença anulatória.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

**9ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** O direito de representação se dá nas linhas descendente e ascendente.

**II.** O renunciante à herança de uma pessoa poderá representá-la na sucessão de outra.

**III.** São testamentos ordinários o público, o cerrado e o particular; e especiais o marítimo, o aeronáutico e o militar.

**IV.** Havendo necessidade, podem-se criar outras modalidades de testamentos especiais, por meio de escritura pública.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

**10ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** O Código Civil, ao prescrever que o juiz pode reduzir equitativamente a reparação do dano material se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano,



adota a teoria da gradação da culpa a influenciar na definição do *quantum* indenizatório. Contudo, nas hipóteses de responsabilidade objetiva, por não se apurar a culpa, não se cogita da diminuição da indenização.

**II.** A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido. Se o ofendido não puder provar prejuízo material, cabe ao juiz fixar o valor da indenização por dano moral no correspondente ao dobro da multa no grau máximo da pena criminal respectiva, modulado conforme as circunstâncias do caso.

**III.** No caso de prisão ilegal, a pessoa jurídica de direito público será a responsável direta pelo dano causado a pessoa física. A privação do exercício de liberdade pessoal é reparada mediante o pagamento de indenização das perdas e danos que sobrevierem ao ofendido. Se este não puder provar o prejuízo material, cabe ao juiz fixar equitativamente o montante indenizatório, atendidas as peculiaridades do caso.

**IV.** O empregador é também responsável pela reparação civil por ato de seu empregado que no exercício do trabalho que lhe competir ou em razão dele causar dano a terceiro, desde que caracterizada, por parte do patrão, a culpa *in vigilando* ou a culpa *in eligendo*.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**11ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** Após homologação judicial, extingue-se o poder familiar pela emancipação derivada da concessão por ambos os pais ou de um deles na falta do outro, se o menor tiver 16 (dezesseis) anos completos. Se houver discordância entre os pais na concessão ou não da emancipação é assegurado o direito de um dos genitores ou de o menor recorrer ao Poder Judiciário.



**II.** Não basta o adultério da mulher, com quem o marido vivia sob o mesmo teto, para ilidir a presunção legal da paternidade do filho. No entanto, a confissão materna, a critério do juiz, pode ser considerada suficiente como meio de prova para a exclusão da paternidade.

**III.** A perda do poder familiar é uma sanção imposta por sentença judicial ao pai ou à mãe que executar atos que a justificam, como por exemplo uso abusivo de álcool ou de entorpecentes, prática de obscenidades no lar testemunhadas pelo menor ou submissão da criança ou adolescente a abuso sexual.

**IV.** O Código Civil prevê que, se o pai ou a mãe que deve alimentos em primeiro lugar não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, os avós podem ser obrigados a prestar alimentos aos netos. Esta obrigação não tem o caráter de solidariedade mas o de subsidiariedade e de complementaridade.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>
A	E	B	A	C	D	A	C	D	A
<b>11</b>									
B									

## **PROVA DE 2013**

### **DIREITO CIVIL**

**1ª Questão:** Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Cessar, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos



completos.

b) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

c) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

d) É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação; por outro lado, compete apenas à autoridade judiciária brasileira conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.

e) O erro é substancial quando interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais; concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante; sendo de direito e implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Quando eventual alteração em estatuto de fundação não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.

b) Segundo o Código Civil, consideram-se móveis para os efeitos legais apenas as energias que tenham valor econômico; os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes; e os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

c) Consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, salvo se a lei dispuser em contrário.

d) Sobrevindo a condição resolutiva, extingue-se, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe; mas, se aposta a um negócio de execução continuada ou periódica, a sua realização,

salvo disposição em contrário, não tem eficácia quanto aos atos já praticados, desde que compatíveis com a natureza da condição pendente e conforme aos ditames de boa-fé.

e) À luz do Código Civil, é nulo o negócio jurídico simulado, resguardados os efeitos da simulação inocente.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Nos testamentos, presume-se o prazo em favor do herdeiro, e, nos contratos, em proveito do credor, salvo, quanto a esses, se do teor do instrumento, ou das circunstâncias, resultar que se estabeleceu a benefício do devedor, ou de ambos os contratantes.

b) É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.

c) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.



d) A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora.

e) Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

**4ª Questão:** Examine as proposições seguintes e assinale a alternativa correta:

I. As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser argüidas pelos parentes em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins, e pelos colaterais em segundo grau, sejam também consanguíneos ou afins.

II. É nulo o casamento do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.

III. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.

IV. Podem os cônjuges, independentemente de autorização um do outro, comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica, ou obter, por empréstimo, as quantias que a aquisição dessas coisas possa exigir, e as dívidas contraídas para esses fins obrigam solidariamente ambos os cônjuges.

V. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão total de bens.

a) Todas as proposições estão corretas.

b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

d) Somente as proposições I, II e V estão corretas.

e) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.

**5ª Questão:** Examine as proposições seguintes e assinale a alternativa correta:

I. De acordo com o Código Civil, a companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, e, se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles.

II. É proibido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo, ainda que nuncupativo.

III. Valerá a disposição testamentária em remuneração de serviços prestados ao testador, por ocasião da moléstia de que faleceu, ainda que fique ao arbítrio do herdeiro ou de outrem determinar o valor do legado.

IV. Estabelece o Código Civil que, se concorrerem à herança somente filhos de irmãos falecidos, herdarão por stirpe.

V. Somente com expressa declaração de causa pode a deserção ser ordenada em testamento.

a) Todas as proposições estão corretas.

b) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.

c) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

e) Somente as proposições II, III e V estão corretas.



**6ª Questão:** Examine as proposições seguintes e assinale a alternativa correta:

I. A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

II. Nas obrigações de não fazer, quando praticado pelo devedor o ato a cuja abstenção se obrigara, o credor pode exigir dele que o desfaça, sob pena de se desfazer à sua custa, ressarcindo o culpado perdas e danos; e em caso de urgência, poderá o credor desfazer ou mandar desfazer, ainda que sem autorização judicial, e sem prejuízo do ressarcimento devido.

III. Na assunção de dívida por terceiro, qualquer das partes pode assinar prazo ao credor para que aceite a assunção, interpretando-se porém o seu silêncio como recusa.

IV. A quitação sempre poderá ser dada por instrumento particular.

V. Operada a novação entre o credor e um dos devedores solidários, somente sobre os bens do que contrair a nova obrigação subsistem as preferências e garantias do crédito novado, e os outros devedores solidários ficam por esse fato exonerados.

a) Somente as proposições II e IV estão corretas.

b) Somente as proposições I e V estão incorretas.

c) Somente a proposição III está correta.

d) Todas as proposições estão corretas.

e) Todas as proposições estão incorretas.

**7ª Questão:** Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Na estipulação contratual em favor de terceiro, pode o estipulante reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato independentemente da anuência do outro contratante.

b) Em casos de evicção parcial mas considerável, o evicto poderá optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.

c) Se o contrato de alienação aleatória referir-se a coisas existentes mas expostas a risco, assumido pelo adquirente, o alienante terá direito a todo o preço ainda que a coisa já não existisse, em parte ou de todo, no dia do contrato; mas o pode prejudicado obter a anulação da alienação se provar que o outro contratante não ignorava a consumação daquele risco ao qual se considerava, no contrato, exposta a coisa.

d) Na compra e venda com cláusula de retrovenda, direito de retrato é cessível e transmissível a herdeiros e legatários.

e) A venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob condição resolutiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue; e não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu agrado.

**8ª Questão:** Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A doação pode ser revogada por ingratidão do donatário, ou por inexecução do encargo, mas não se revogam por ingratidão as doações oneradas com encargo já cumprido.

b) Se, correndo risco o objeto do comodato juntamente com outros do comodatário, antepuser este a salvação dos seus abandonando o do comodante, responderá pelo dano ocorrido, exceto quando se possa atribuir a caso fortuito, ou força maior.

c) Por meio do mútuo, transfere-se o domínio da coisa emprestada ao mutuário, por cuja conta correm todos os riscos dela desde a tradição.





- d) Sob pena de responder por perdas e danos, não poderá o depositário, sem licença expressa do depositante, servir-se da coisa depositada, nem a dar em depósito a outrem; e, ainda que devidamente autorizado, se confiar a coisa em depósito a terceiro, será responsável se agiu com culpa na escolha deste.
- e) O mandatário não pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.

**9ª Questão:** Examine as proposições seguintes e assinale a alternativa correta:

- I. O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, reputando-se nula a cláusula de exclusão destes últimos.
- II. No contrato de arrendamento mercantil ("leasing"), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora.
- III. A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges restringe a eficácia da garantia à meação do cônjuge signatário.
- IV. A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.
- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas

**10ª Questão:** Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É ineficaz a notificação destinada a comprovar a mora, nas dívidas garantidas por alienação fiduciária, na qual não se indique o valor do débito.
- b) Iniciado e concluído o negócio diretamente entre as partes, nenhuma remuneração será devida ao corretor; mas se, por escrito, for ajustada a corretagem com exclusividade, terá o corretor direito à remuneração integral, ainda que realizado o negócio sem a sua mediação, salvo se comprovada sua inércia ou ociosidade.
- c) No seguro de responsabilidade civil, é defeso ao segurado reconhecer sua responsabilidade ou confessar a ação, bem como transigir com o terceiro prejudicado, ou indenizá-lo diretamente, sem anuência expressa do segurador.
- d) Sendo nula qualquer das cláusulas de uma transação civil, nula será esta.
- e) Não caberá a restituição por enriquecimento sem causa, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.

**11ª Questão:** Examine as proposições seguintes e assinale a alternativa correta:

- I. Os donos de hotéis são responsáveis pela reparação civil de danos causados pelos seus hóspedes por ato ilícito.
- II. Em caso de denúncia antecipada do vínculo locatício pelo locatário, compromete-se este a cumprir a multa convencional, que não excederá, porém, metade da soma dos valores dos aluguéis a receber até o termo final da locação.



III. A indenização mede-se pela extensão do dano, mas se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.

IV. O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé;

mas tem direito às despesas da produção e custeio.

- a) Somente a proposição I está incorreta.
- b) Somente a proposição II está incorreta.
- c) Somente a proposição III está incorreta.
- d) Somente a proposição IV está incorreta.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

### GABARITO

1 E	2 E	3 A	4 C	5 B	6 D	7 E	8 B	9 C	10 A	11 B
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------

## PROVA 2015

1) A indústria de cerâmica X celebrou contrato de fornecimento de carvão mineral, durante um ano, com empresa mineradora estabelecendo o instrumento que o produto deveria ser apropriado para a combustão, contudo sem fixar percentual máximo de cinza, sabendo-se que melhor será a combustão, quanto menor a quantidade de cinza. Ao fazer a primeira entrega do produto, o adquirente verificou que a quantidade de cinza era muito alta e que seu concorrente recebia carvão com quantidade de cinza muito baixa. Notificada, a mineradora esclareceu que, no contrato firmado com a concorrente, ficara estabelecido aquele percentual mínimo, o que não figurava no contrato firmado com a Cerâmica X e, por isso, entregava o carvão de pior qualidade. A indústria X ajuizou ação, com pedido de antecipação de tutela, para que a Mineradora Y lhe entregasse o carvão de melhor qualidade. O juiz, após a contestação, e tendo sido comprovada a existência de um produto intermediário, deferiu a liminar, determinando que este fosse o objeto da entrega. Ambas as partes interpuseram agravo de instrumento, pedindo a ré que fosse a liminar revogada e a autora, que fosse a decisão reformada para que a agravada lhe entregasse o carvão de melhor qualidade. Considerando a disposição específica de direito material, nesse caso,

(A) ambos os recursos devem ser providos parcialmente, para que a ré seja compelida a, alternadamente, entregar o produto melhor, o intermediário e o pior.

(B) ambos os agravos devem ser improvidos, porque o devedor não poderá dar a coisa pior, nem será obriga do a prestar a melhor.



- (C) deve ser provido o agravo do réu, porque não resultando o contrário do título da obrigação, a escolha pertence ao devedor.
- (D) deve ser provido o recurso da autora, porque, não resultando o contrário do título da obrigação, a escolha pertence ao credor.
- (E) deve ser provido o recurso da autora, porque a ré violou o dever de boa-fé.

*2) Dêste modo, quando surge no seu logradouro um animal alheio, cuja marca conhece, o restitui de pronto. No caso contrário, conserva o intruso, tratando-o como aos demais. Mas não o leva à feira anual, nem o aplica em trabalho algum; deixa-o morrer de velho. Não lhe pertence. Se é uma vaca e dá cria, ferra a esta com o mesmo sinal desconhecido, que reproduz com perfeição admirável; e assim pratica com toda a descendência daquela. De quatro em quatro bezerros, porém, separa um, para si. É a sua paga. Estabelece com o patrão desconhecido o mesmo convênio que tem com o outro. E cumpre*

*estritamente, sem juízes e sem testemunhas, o estranho contrato, que ninguém escreveu ou sugeriu. Sucede muitas vezes ser decifrada, afinal, uma marca somente depois de muitos anos, e o criador feliz receber, ao invés da peça única que lhe fugira e da qual se deslembrara, uma ponta de gado, todos os produtos dela. Parece fantasia este fato, vulgar, entretanto, nos sertões. (Euclides da Cunha – Os sertões. 27. ed. Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 101). O texto acima, sobre o vaqueiro, identifica*

- (A) espécie de lei local, de cujo teor ou vigência o juiz pode exigir comprovação.
- (B) a analogia, como um meio de integração do Direito.
- (C) um princípio geral de direito, aplicável aos contratos verbais.
- (D) o uso ou costume como fonte ou forma de expressão do Direito.
- (E) a equidade que o juiz deve utilizar na solução dos litígios.

**3.** João X, que se estabelecera em um terreno abandonado havia um (01) ano e nele construía um casebre, foi surpreendido com a citação para defender-se em ação de reintegração de posse, movida por José Y, que alegava e provava ter adquirido o imóvel, conforme escritura de compra e venda devidamente registrada, três (03) anos atrás. A ação possessória deverá ser julgada

- (A) procedente, mas João X terá direito à retenção do imóvel, enquanto não for indenizado da construção.
- (B) procedente, mas João X deverá ser indenizado da construção, se possuidor de boa fé, mas sem direito de retenção.
- (C) improcedente e José Y ficará impedido de ajuizar ação reivindicatória.
- (D) procedente, porque o registro da escritura de compra e venda torna o negócio oponível a terceiros e, por isso, a posse de João X é injusta.
- (E) improcedente, mas José Y não ficará inibido de ajuizar ação reivindicatória.

**4.** A obrigação natural é judicialmente

- (A) inexigível, mas se for paga, não comporta repetição.



- (B) exigível, exceto se o devedor for incapaz.
- (C) exigível e só comporta repetição se for paga por erro.
- (D) exigível e em nenhuma hipótese comporta repetição.
- (E) inexigível e se for paga comporta repetição, independentemente de comprovação de erro no pagamento.

5. Uma pessoa jurídica de direito privado, que atua na área de supermercados, celebrou com outra pessoa jurídica, que se dedica a atividades no ramo imobiliário, contrato pelo qual esta se comprometeu a adquirir um terreno indicado por aquela e a construir um prédio a fim de que lhe fosse locado pelo prazo de vinte anos, sendo que, se a locatária denunciasse o contrato antes do termo final, ficaria sujeita a multa equivalente à soma dos valores dos aluguéis a receber até o fim do prazo da locação.

I. É um contrato atípico, porque não disciplinado especificamente em lei, vigorando apenas as condições livremente pactuadas entre as partes.

II. A multa contratual devida pela denúncia do contrato será sempre proporcional ao período de cumprimento do contrato, sendo nula a cláusula que estipulou multa equivalente à soma dos valores dos aluguéis a receber até o termo final da locação.

III. Nele poderá ser convencionada a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de sua vigência.

IV. É uma operação imobiliária conhecida como *built to suit*, mas disciplinada na lei que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos.

V. É modalidade de locação residencial ou não residencial para a qual a lei estabelece regras especiais entre as quais a de que o prazo será sempre determinado.

Acerca desse contrato, é correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III e V.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

6. *O princípio da boa fé, no Código Civil Brasileiro, não foi consagrado, em artigo expresso, como regra geral, ao contrário do Código Civil Alemão. Mas o nosso Código Comercial incluiu-o como princípio vigente no campo obrigacional e relacionou-o também com os usos de tráfico (23). Contudo, a inexistência, no Código Civil, de artigo semelhante ao § 242 do BGB não impede que o princípio tenha vigência em nosso direito das obrigações, pois se trata de proposição jurídica, com significado de regra de conduta. O mandamento engloba todos os que participam do vínculo obrigacional e estabelece, entre eles, um elo de cooperação, em face do fim objetivo a que visam (Clóvis V. do Couto e Silva. A obrigação como processo. José Bushatsky, Editor, 1976, p. 29-30).*

Esse texto foi escrito na vigência do Código Civil de 1916. O Código Civil de 2002

(A) trouxe, porém, mandamento de conduta, tanto ao credor como ao devedor, estabelecendo entre eles o elo de cooperação referido pelo autor.

(B) trouxe disposição análoga à do Código Civil alemão, mas impondo somente ao devedor o dever de boa-fé.



- (C) também não trouxe qualquer disposição semelhante à do Código Civil alemão estabelecendo elo de cooperação entre credor e devedor.
- (D) trouxe disposição semelhante à do Código Civil alemão, somente na parte geral e como regra interpretativa dos contratos.
- (E) trouxe disposição análoga à do Código civil alemão, mas impondo somente ao credor o dever de boa-fé.

#### 7. O usufruto pode recair

- (A) apenas sobre imóveis urbanos, tendo o usufrutuário o direito de neles habitar, administrá-los e perceber os frutos, não podendo, porém, ceder o seu exercício.
- (B) sobre bens móveis ou imóveis, devendo o usufrutuário deles utilizar, não podendo alugá-los ou emprestá-los.
- (C) apenas sobre um ou mais bens, móveis ou imóveis, abrangendo-lhe os frutos e utilidades, mas não pode recair em um patrimônio inteiro.
- (D) em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.
- (E) em um ou mais bens, móveis ou imóveis, dependendo no caso de imóveis, de registro e pode ser transferido por alienação, a título gratuito ou oneroso.

#### 8. No condomínio edilício, cada condômino concorrerá nas despesas do condomínio na proporção

- (A) da respectiva área de suas unidades autônomas, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados, ou não sendo previstos, os de dois por cento ao mês e multa de até dez por cento sobre o débito.
- (B) das suas frações ideais, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.
- (C) da respectiva área de suas unidades autônomas, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.
- (D) de suas frações ideais, não podendo a convenção estabelecer outro critério de cobrança, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.
- (E) das suas frações ideais, salvo disposição em contrário na convenção e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de dois por cento ao mês e multa de até vinte por cento sobre o débito.

#### 9. A sucessão *mortis causa* pode dar-se

- (A) a título universal e a título singular, caracterizando-se a primeira pela transmissão do patrimônio ou cota parte do patrimônio do defunto e a segunda, pela transferência de algum ou alguns bens determinados.
- (B) se legítima, apenas a título universal e se testamentária, apenas a título singular.



- (C) apenas a título universal.
- (D) apenas a título singular, porque a lei exige a partilha de bens entre os herdeiros.
- (E) a título singular e a título universal, caracterizando-se a primeira pela transmissão de cota parte do patrimônio do defunto e a segunda, pela transmissão de certa generalidade de coisa ou cota parte concreta de bens.

**10.** Joaquim, viúvo, é pai de José, que se casara com Amélia. José e Amélia divorciaram-se. Três meses após esse divórcio, Joaquim e Amélia compareceram a um Cartório de Notas, solicitando ao Tabelião que lavrasse uma escritura pública de união estável, escolhendo o regime da comunhão universal de bens. O Tabelião recusou-se a lavrar a escritura, por reputar inválido o ato. A recusa

- (A) justifica-se, mas poderá ser estabelecida a união estável entre os pretendentes depois de transcorridos trezentos (300) dias do divórcio de Amélia e desde que os bens deixados pelo cônjuge de Joaquim tenham sido inventariados e partilhados.
- (B) não se justifica, porque não há qualquer impedimento entre os pretendentes à união estável.
- (C) justifica-se, porque Joaquim e Amélia não podem estabelecer união estável.
- (D) só se justifica no tocante à escolha do regime de bens, porque seria obrigatório o regime da separação de bens.
- (E) só se justifica no tocante à escolha do regime de bens, porque o único admissível é o da comunhão parcial de bens na união estável.

**11.** Analise as seguintes assertivas sobre o regime de bens do casamento.

- I. No regime da comunhão parcial de bens excluem-se da comunhão os proventos do trabalho pessoal da cada cônjuge.
- II. No regime da separação de bens, salvo disposição em contrário no pacto antenupcial, ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal apenas na proporção dos rendimentos de seu trabalho.
- III. No regime da comunhão universal de bens, são excluídos da comunhão os bens herdados com a cláusula de inalienabilidade.
- IV. Nos regimes da comunhão parcial e da comunhão universal de bens, recusando-se um dos cônjuges à outorga para alienação de bem imóvel, cabe ao juiz supri-la, se não houver motivo justo para a recusa.
- V. Salvo no regime da separação de bens, é nula a fiança concedida por um dos cônjuges sem autorização do outro.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e IV.



**12.** Um imóvel divisível e pertencente a três pessoas físicas foi objeto de loteamento promovido por uma sociedade imobiliária, que indicou um de seus sócios para receber a procuração dos proprietários com a finalidade exclusiva de outorgar as escrituras de compra e venda aos compromissários compradores dos lotes, depois de pago o preço. Um dos proprietários faleceu e, mesmo depois do óbito, foi lavrada uma escritura de venda e compra firmada pelo procurador. Sabendo o Oficial do Registro de Imóveis da morte do mandante, devolveu a escritura ao apresentante, exigindo que ela fosse firmada pelo inventariante devidamente autorizado por alvará judicial. Inconformado o apresentante com a exigência, por entender que a procuração não se extinguiria pela morte do mandante, naquela hipótese, (A) será o título devolvido pelo Oficial do Registro ao apresentante para que o adquirente ajuíze ação própria de procedimento contencioso, em que serão litisconsortes passivos necessários todos os alienantes.

(B) deverá o apresentante ajuizar pedido de registro ao Juiz competente, que será autuado e processado pelo procedimento de jurisdição voluntária e com audiência do Ministério Público.

(C) deverá o apresentante suscitar de imediato dúvida inversa, acompanhada do título e da exigência do

Oficial do Registro, perante o Juízo competente para dirimi-la, ouvido o representante do Ministério Público.

(D) será o título, a requerimento do apresentante e com a declaração de dúvida, remetido pelo Oficial do Registro ao Ministério Público, para exarar parecer e encaminhá-lo ao Juízo competente para dirimir a dúvida, que intimará o apresentante para impugná-la.

(E) será o título, a requerimento do apresentante e com a declaração de dúvida, remetido pelo Oficial do Registro ao Juízo competente, para dirimi-la, depois de dar ciência da dúvida ao apresentante, que poderá impugná-la perante aquele Juízo.

**13.** A vítima de um acidente automobilístico ajuizou, um ano após o fato, ação indenizatória contra o condutor, a quem o proprietário confiara o veículo, ocorrendo imediatamente a citação. Achando-se ainda o processo em curso, mas já passados quatro anos do acidente, a vítima propôs ação indenizatória

contra o proprietário do automotor, que, na contestação, alegou inviabilidade do pedido, em razão da pretensão já deduzida contra o condutor, e prescrição. Nesse caso,

(A) o juiz deverá extinguir o processo, porque a propositura da ação contra um dos devedores importa renúncia do direito em relação ao outro.

(B) ambas as alegações do réu encontram respaldo na lei.

(C) nenhuma das alegações do réu deve ser acolhida.

(D) apenas a alegação de inviabilidade do pedido, em razão da pretensão já deduzida contra o condutor, é acolhível.

(E) apenas a arguição de prescrição é acolhível.

**14.** O instrumento do penhor deverá



- (A) mencionar o valor do crédito, sua estimação ou valor máximo; não poderá, entretanto, fixar taxa de juros.
- (B) observar necessariamente a forma de escritura pública, quando se tratar de penhor rural.
- (C) em qualquer de suas modalidades ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos, por dizer respeito a garantia real com bens móveis.
- (D) ser levado a registro, no caso de penhor comum no Cartório de Títulos e Documentos e, no caso de penhor rural, no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição em que estiverem situadas as coisas empenhadas.
- (E) identificar o bem dado em garantia com as suas especificações e o valor mínimo do crédito concedido.

**GABARITO**

<b>01- B</b>	<b>02- D</b>	<b>03- E</b>	<b>04- A</b>	<b>05- C</b>	<b>06- A</b>	<b>07- D</b>	<b>08- B</b>	<b>09- A</b>	<b>10- C</b>	<b>11- E</b>	<b>12- E</b>	<b>13- C</b>	<b>14- D</b>
------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------